

EDITAL
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2018



NOVO SISTEMA DE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS
MENDES/RJ

ÍNDICE

ESTRUTURA TEMÁTICA DO EDITAL

1.0. PREÂMBULO

- 1.1. Título
- 1.2. Regime Jurídico
- 1.3. Local, data e horário para recebimento dos envelopes (Documentação de Habilitação e Proposta de Tarifa)
- 1.4. Disponibilidade do Edital regida pela Lei de Acesso à Informação
- 1.5. Vedações à participação na licitação
- 1.6. Impugnações ao Edital
- 1.7. Retificações do Edital
- 1.8. Revogação ou Anulação do Edital
- 1.9. Exame Prévio do Edital – Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro
- 1.10. Visita Técnica
- 1.11. Publicidade do Ato Justificativo de Conveniência da Outorga
- 1.12. Metodologia para elaboração da Planilha Tarifária

2.0. OBJETO, METAS E PRAZO DA CONCESSÃO (LEI Nº 8.987/95, art. 18, I)

3.0. EXCLUSIVIDADE NA OPERAÇÃO DAS LINHAS MUNICIPAIS

4.0. CONDIÇÕES NECESSÁRIAS À PRESTAÇÃO ADEQUADA DOS SERVIÇOS (LEI Nº 8.987/95, art. 18, II)

5.0. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS (LEI Nº 8.987/95, art. 18, III).

6.0. FORNECIMENTO DE INFORMAÇÕES PARA ELABORAÇÃO DAS PROPOSTAS (LEI Nº 8.987/95, art. 18, IV)

7.0. DOCUMENTOS REFERENTES À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA (LEI Nº 8.987/95, art. 18, V; LEI Nº 8.666/93, art. 30)

8.0. DOCUMENTOS REFERENTES À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA (LEI Nº 8.987/95, art. 18, V; LEI Nº 8.666/93, art. 31)

9.0. DOCUMENTOS REFERENTES À HABILITAÇÃO JURÍDICA (LEI Nº 8.987/95, art. 18, V; e LEI Nº 8.666/93, art. 28)

10.0. DOCUMENTOS REFERENTES À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA
(LEI Nº 8.987/95, art. 18, V; LEI Nº 8.666/93, art. 29)

11.0. TRATAMENTO DIFERENCIADO E DIFERENCIADO (FASE DE HABILITAÇÃO) -
MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

12.0. CUMPRIMENTO DO ART. 7º, XXXIII, DA CRFB

13.0. DA PARTICIPAÇÃO DE FILIAIS

14.0. PARTICIPAÇÃO DE PROPONENTES EM REGIME DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

15.0. RECEITAS ALTERNATIVAS, COMPLEMENTARES OU ACESSÓRIAS, BEM COMO AS
PROVENIENTES DE PROJETOS ASSOCIADOS
(LEI Nº 8.987/95, art. 18, VI)

16.0. SUBSÍDIO FINANCEIRO AUTORIZADO POR LEI
(LEI Nº 8.987/95, art. 17; LEI MUNICIPAL Nº 1.878/2017)

17.0. DIREITOS E OBRIGAÇÕES
(LEI Nº 8.987/95, art. 18, VII)

18.0. CRITÉRIOS DE REAJUSTE E REVISÃO DE TARIFA
(LEI Nº 8.987/95, art. 18, VIII)

19.0. GRATUIDADES – SISTEMA DE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS
IMPLANTAÇÃO DE CARTÕES / BILHETES ELETRÔNICOS

20.0. CONTEÚDO DAS PROPOSTAS E CRITÉRIOS DE JULGAMENTO
(LEI Nº 8.987/95, art. 18, III)

21.0. BENS REVERSÍVEIS
(LEI Nº 8.987/95, art. 18, X e IX)

22.0. RECURSOS ADMINISTRATIVOS, HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DA LICITAÇÃO
(LEI Nº 8.666/93, art. 38, VII e art. 109)

23.0. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO DA TARIFA
(LEI Nº 8.666/93, art. 40, XIV)

24.0. CONTRATO DE CONCESSÃO
(LEI Nº 8.987/95, art. 18, XIV)

Gláucia de Souza Oliveira Ferreira
Secretária de Transportes



Heitor Favieri Neto
Procurador Geral - OAB/RJ nº 139.088

25.0. FISCALIZAÇÃO, SISTEMA DE PENALIDADES E RESCISÃO DO CONTRATO
(LEI Nº 8.987/95, art. 30; LEI Nº 8.666/93, art. 73 e 87)

26.0. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DA CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE
COLETIVO REGULAR DE PASSAGEIROS
(CRFB, art. 37, § 6º; LEI Nº 8.987/95, art. 25)

27.0. TRABALHOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS - REGISTRO E AVERBAÇÃO DAS ENTIDADES
PROFISSIONAIS (RRT e ART)
(LEI Nº 12.378/2010, art. 45; RESOLUÇÃO CONFEA Nº 361/91, art. 7º)

28.0. CUMPRIMENTO DO ART. 13 DA CRFB E ART. 140 DA LEI Nº 10.406/2002 – CÓDIGO CIVIL
BRASILEIRO

29.0. FORO

ANEXOS QUE INTEGRAM O EDITAL

(II. 05. ANEXO DA DELIBERAÇÃO TCE-RJ Nº 280/2017)

ANEXO I

ATO AUTORIZATIVO DE JUSTIFICATIVA DE OUTORGA, ACOMPANHADO DE PUBLICAÇÃO NA
IMPRENSA OFICIAL (LEI Nº 8.987/95, art. 5º e art. 16)

ANEXO I-A **LEGISLAÇÃO MUNICIPAL**

Lei Orgânica do Município de Mendes

Emenda nº 25 à Lei Orgânica do Município de Mendes

Lei Ordinária nº 1.167/2007

Lei Ordinária nº 1.169/2007

Lei Ordinária nº 1.183/2007

Lei Ordinária nº 1.645/2013

Lei Ordinária nº 1.663/2013

Lei Ordinária nº 1.878/2017

Lei Ordinária nº 1.879/2017

Lei Complementar nº 002/2017

Decreto nº 076/2009

Gláucia de Souza Oliveira Ferreira
Secretária de Transportes

Heitor Favieri Neto
Procurador Geral - OAB/RJ nº 139.088

ANEXO II

PROJETO BÁSICO DO NOVO MODELO DE SISTEMA DE TRANSPORTE COLETIVO REGULAR DE PASSAGEIROS DO MUNICÍPIO DE MENDES

Fundamento: (art. 6º, IX, da Lei nº 8.666/93), com a identificação dos responsáveis técnicos por sua elaboração (Lei nº 12.378/2010, art. 45; Resolução CONFEA Nº 361/91, art. 7º).

ANEXO II-A

Relatório fotográfico dos trabalhos técnicos especializados (levantamento topográfico planialtimétrico);
Relatório fotográfico de realização de audiência pública;
Consulta pública.

ANEXO II-B

PLANILHA TARIFÁRIA elaborada com base na metodologia da **ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRANSPORTES PÚBLICOS (ANTP)**, acompanhada de:

- a) Memória de cálculos;
- b) Insumos para formação de custos, com as respectivas fontes de pesquisas (mínimo de três cotações por item), com data-base de janeiro/2019.

ANEXO II-C

PLANEJAMENTO DE SUBSTITUIÇÃO DE VEÍCULOS DURANTE A VIGÊNCIA DO CONTRATO DE CONCESSÃO

ANEXO II-D

Estudos contendo dados, premissas, parâmetros relativos à demanda e outras considerações necessárias à avaliação da VIABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA do objeto licitado.

Fundamento: (art. 18, inciso IV, da Lei nº 8.987/95)

ANEXO II-E

FLUXO DE CAIXA DA CONCESSÃO, compreendendo todas as receitas e despesas previstas, possibilitando determinar a Taxa Interna de Retorno (TIR) do projeto, e demonstrar a adequação entre o prazo fixado para a concessão, a modicidade tarifária, o valor da outorga e o retorno do capital a ser investido na concessão.


Gláucia de Souza Oliveira Ferreira
Secretária de Transportes


Heitor Favieri Neto
Procurador Geral - OAB/RJ nº 139.088

ANEXO II-F

CRITÉRIO, INDICADORES, FÓRMULAS E PARÂMETROS DEFINIDORES DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS

Fundamento: (Lei nº 8.987/95, art. 6º, § 1º, e 23, III).

ANEXO II-G

MAPAS DAS LINHAS MUNICIPAIS, representadas por seus itinerários, mediante trabalho técnico especializado, na forma de **LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO PLANIALTIMÉTRICO**, evidenciando a quilometragem de ida e volta dos percursos, acompanhadas das respectivas **COORDENADAS GEOMÉTRICAS**.

ANEXO II-H

REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA – RRT, com comprovação de pagamento, referente aos trabalhos técnicos especializados de levantamento topográfico planialtimétrico.

ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA – ART, com comprovação de pagamento, referente à elaboração de projeto básico, incluindo os elementos técnicos indicados no art. 6º, IX, da Lei nº 8.666/93.

ANEXO III

Justificativa - vedação à participação na licitação de pessoas jurídicas reunidas em consórcio

ANEXO IV

VISITA TÉCNICA. Súmula nº 1 do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro

ANEXO V

ATESTADO DE VISITAÇÃO TÉCNICA a ser expedido às pessoas jurídicas que OPTAREM POR SUA REALIZAÇÃO

ANEXO VI

CRONOGRAMA DE METAS PARA INÍCIO DA OPERACIONALIZAÇÃO DA CONCESSÃO

ANEXO VII

DECLARAÇÃO – FASE DE HABILITAÇÃO, TRATAMENTO FAVORECIDO E DIFERENCIADO MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO POTE – LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006.

ANEXO VIII

Minuta do CONTRATO DE CONCESSÃO

ANEXO IX

Minuta de carta de fiança bancária

ANEXOS QUE INTEGRAM O EDITAL (I. ANEXO DA DELIBERAÇÃO TCE-RJ Nº 280/2017)

ANEXO X

Comprovação da existência de previsão orçamentária que assegure o pagamento das obrigações, nos termos do art. 7º, § 2º, inciso III, da Lei nº 8.666/93.

ANEXO XI

Comprovante de suas publicações, nos termos da legislação específica.

ANEXO XII

Comprovação do exame prévio e aprovação da assessoria jurídica do órgão, nos termos do parágrafo único do art. 38 da Lei Federal nº 8.666/93.

ANEXO XIII

Estimativa do impacto orçamentário-financeiro, nos casos e na forma prevista no art. 16, inciso I, da Lei Complementar nº 101/00.

ANEXO XIV

Declaração do ordenador de despesas de que o aumento da despesa resultante da ação governamental tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, nos termos do art. 16, inciso II, da Lei Complementar nº 101/00.


Gláucia de Souza Oliveira Ferreira
Secretária de Transportes


Heitor Favieri Neto
Procurador Geral - OAB/RJ nº 139.088

EDITAL

PROCESSO Nº 82/2017
PROCESSO Nº 7.185/2018
LICITAÇÃO: CONCORRÊNCIA Nº 002/2018
ÓRGÃO SOLICITANTE: SECRETARIA DE TRANSPORTES

1.0. PREÂMBULO

O MUNICÍPIO DE MENDES, através da SECRETARIA DE TRANSPORTES, torna público que no dia 19/03/2019, às 11h, fará realizar licitação na MODALIDADE CONCORRÊNCIA, TIPO MENOR PREÇO, FORMA DE EXECUÇÃO INDIRETA, CRITÉRIO DE JULGAMENTO (MENOR TARIFA DO SERVIÇO PÚBLICO A SER PRESTADO, ART. 15, I, DA LEI Nº 8.987/95), com a finalidade de selecionar, sob o regime de concessão, pessoa jurídica de direito privado (Lei nº 10.406/2002, Código Civil, art. 44), que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado (Lei nº 8.987/95, art. 2º, II), visando descentralização e exploração do serviço público de transporte coletivo regular de passageiros na circunscrição do Município de Mendes, sendo o certame regido, processado e julgado a teor dos artigos 30, I, III e V, e art. 175, ambos da CRFB, pelas Leis Ordinárias nºs 6.938/1981, 8.987/1995, 8.666/1993, 8.078/1990, 9.074/1995, 9.503/1997, 9.605/1998, 10.048/2000, 10.098/2000, 10.741/2003, 13.146/2015, pelas Leis Complementares nº 123/2006 e 140/2011, bem como pelo regramento jurídico municipal, notadamente a Lei Orgânica, aplicando-se os termos da Emenda nº 025/2015, e as Leis Ordinárias nºs 1.167/2007, 1.169/2007, 1.183/2007, 1.645/2013, 1.663/2013, 1.878/2017, 1.879/2017, Lei Complementar nº 002/2017 e pelo Decreto nº 076/2009.

1.1. TÍTULO

Concessão de serviço público de transporte coletivo regular de passageiros na circunscrição do Município de Mendes – RJ, pelo prazo originário de 10 (dez) anos.

1.2. REGIME JURÍDICO

Concessão de serviços públicos à pessoa jurídica de direito privado observado o regime estatuído na Lei nº 8.666/93 e na Lei nº 8.987/95.

1.3. LOCAL, DATA E HORÁRIO PARA RECEBIMENTO DOS ENVELOPES (DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS DE TARIFA)

A sessão pública de recebimento dos envelopes de habilitação e propostas de tarifa será realizada na Sala da Comissão de Licitação, localizada no Edifício Sede da Administração, precisamente na Avenida Júlio Braga, nº 68, Centro, Mendes (RJ). Os envelopes contendo documentação (habilitação) e propostas de tarifa deverão, improrrogavelmente, ser entregues às 11h do dia 19/03/2019. A reunião de abertura dos envelopes de habilitação será iniciada às 11h do mesmo dia e local, mediante lavratura de ata e em termos circunstanciados.


Gláucia de Souza Oliveira Ferreira
Secretaria de Transportes


Heitor Favieri Neto
Procurador Geral - OAB/RJ nº 139.088

1.4. DISPONIBILIDADE DO EDITAL – REGIDA PELA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO

1.4.1. O edital e seus anexos estarão disponibilizados, na íntegra, em versão eletrônica, no site oficial da Prefeitura de Mendes, cumprindo a exigência do **art. 8º da Lei nº 12.527/2011** (www.mendes.rj.gov.br, link: **licitações e contratos**).

1.4.2. De forma complementar, o edital e seus anexos poderão ser retirados na Sede da Prefeitura de Mendes localizada na Avenida Júlio Braga, nº 68, Centro, Mendes (RJ), no horário de 11h às 16h30, de segunda a sexta-feira, mediante disponibilização, a cargo dos interessados, de 01(um) PEN DRIVE virgem devidamente lacrado em sua embalagem original, registrando que informações e esclarecimentos adicionais serão dirigidos à Secretaria de Transportes, através do telefone: (24) 2465-4547 e email: transporte@mendes.rj.gov.br, no horário de 11h às 16h30m.

1.4.3. Caberá ao Secretário de Transportes, auxiliado pelos órgãos técnicos e jurídicos da municipalidade, responder aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, antes do encerramento do prazo fixado para recebimento dos envelopes de habilitação e propostas de tarifa, com encaminhamento da resposta para todos os interessados, observando, conforme o caso, a regra estabelecida no Item 1.6.

1.4.4. O exame do edital e seus anexos estarão franqueados aos interessados junto à Comissão de Licitação, localizada no Edifício-Sede da Administração, sito na Avenida Júlio Braga, nº 86, Centro, Mendes, RJ, com o propósito de os interessados conhecerem os dados, estudos e projetos necessários à elaboração dos orçamentos e apresentação de propostas.

1.5. VEDAÇÕES À PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

1.5.1. Não serão admitidas na licitação, como proponentes:

- a) pessoas jurídicas reunidas em consórcio, conforme justificativas consignadas em parecer conjunto SMT/PGM, averbado nos autos do Processo nº 7.185/2018 (**ANEXO III DESTE EDITAL**);
- b) suspensos temporariamente pela Administração Municipal Direta e Indireta do Município de Mendes, nos termos do artigo 87, III, da Lei nº 8.666/93;
- c) incursos na pena do artigo 87, IV, da Lei nº 8.666/93, seja qual for o órgão ou entidade que tenha aplicado à reprimenda, em qualquer esfera da Administração Pública;
- d) em processo de falência, ressalvada a possibilidade de participação de pessoa jurídica em regime de recuperação judicial, na forma disposta pela conjugação do art. 47, 52, II e art. 58, todos da Lei nº 11.101/2005, observadas as regras expostas no Item 14.0, Subitem 14.1. deste edital.
- e) enquadrem-se nas vedações do art. 9º da Lei nº 8.666/93.

1.6. IMPUGNAÇÕES AO EDITAL

1.6.1. (art. 41, § 2º, da Lei nº 8.666/93). Sob pena de decadência do direito as pessoas jurídicas de direito privado poderão formular impugnações aos termos do edital em até 02 (dois) dias úteis anteriores à abertura do envelope de habilitação, apontando as falhas ou irregularidades que, na sua visão, viciam o instrumento convocatório, devendo a petição ser protocolizada na Sede da Administração ou dirigida através do endereço eletrônico: transporte@mendes.rj.gov.br.

1.6.2. (art. 41, § 3º, da Lei nº 8.666/93). Não revestida de natureza recursal e não dotada de efeito suspensivo, a impugnação feita tempestivamente por pessoa jurídica de direito privado não a impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

1.6.3. Caberá ao Secretário de Transportes, auxiliado pelos órgãos técnicos da municipalidade, decidir sobre a impugnação, promovendo a publicidade da decisão no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro (Diário eletrônico, AEMERJ).

1.6.4. (art. 41, § 1º, da Lei nº 8.666/93). Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar os termos do edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 8.666/93, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder a impugnação em 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no art. 113, §1º, da Lei nº 8.666/93.

1.7. RETIFICAÇÕES DO EDITAL

As retificações do edital, por iniciativa da Administração ou provocadas por eventuais impugnações (art. 41, §§ 1º a 4º, da Lei nº 8.666/93), obrigarão a todos as pessoas jurídicas de direito privado interessadas, devendo ser publicadas pelos mesmos meios da divulgação originária e veiculadas no site oficial da Prefeitura de Mendes, sendo comunicadas, ainda, via correio eletrônico ou outro meio hábil juridicamente admitido, importando na reabertura de prazo para apresentação das propostas, desde que, incontestavelmente, venham a interferir na sua elaboração.

1.8. REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO DO EDITAL

A Concorrência Pública a que se refere este edital poderá ser revogada ou anulada com amparo no artigo 49 da Lei nº 8.666/93, por ato devidamente motivado (caput, art. 37 da CRFB).

1.9. EXAME PRÉVIO DO EDITAL TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Como ato complexo, considerando a decisão do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (Processo TCE-RJ nº 814.552-2/2016), a partir de posicionamento espontâneo da atual Administração, a realização da licitação está condicionada a prolação de decisão de CONHECIMENTO do Edital de Concorrência nº 002/2018 (caput, art. 37 da CRFB).

1.10. VISITA TÉCNICA

1.10.1. NÃO SERÁ EXIGIDA, PARA A FASE DE HABILITAÇÃO, comprovação de VISITAÇÃO TÉCNICA, haja vista a não complexidade dos serviços licitados, bem como não resultar o ato de expressa imposição legal, estando na órbita discricionária da Administração sua exigência, ou não, na condição de ÓRGÃO PÚBLICO PROMOTOR DA LICITAÇÃO.

1.10.1.1. Segundo jurisprudência dos Tribunais de Contas, a exigência de realização de visita técnica, como requisito de habilitação, é fator que permite eventual formação de conluio entre os potenciais licitantes.

1.10.1.2. **SÚMULA Nº 1 DO TCE-RJ.** AS PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PRIVADO PROPONENTES DECLARARÃO TER PLENO CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES E PECULIARIDADES INERENTES À NATUREZA DOS SERVIÇOS OBJETO DA CONCESSÃO (**ANEXO IV DO EDITAL**).

1.10.2. As pessoas jurídicas de direito privado que optarem pela realização de VISITA TÉCNICA deverão realizá-la mediante conhecimento dos trajetos que compreendem as linhas, representadas pelos itinerários, nas quais serão prestados os serviços públicos de transporte coletivo regular de passageiros (**ANEXO V DO EDITAL**).

1.10.2.1. A visita técnica deverá ocorrer em companhia de servidor da Secretaria de Transportes, com aptidão e qualificação para acompanhar os representantes das proponentes durante a visita a fim de prestar quaisquer esclarecimentos à elaboração da proposta.

1.10.2.2. Havendo opção pela realização de visita técnica, a pessoa jurídica de direito privado interessada deverá agendá-la, impreterivelmente, até o dia 18 de março de 2019, através do telefone (24) 2465-4547, e-mail: transporte@mendes.rj.gov.br ou diretamente na Secretaria de Transportes, sediada na Avenida Jayme Siciliano, nº 01, Fim do Ponto, Mendes - RJ, CEP 26.700-000.

1.10.2.3. As visitas técnicas opcionais serão agendadas e realizadas em datas e horários diversos.

1.10.3. A visita técnica deverá ser realizada por profissional indicado pela pessoa jurídica de direito privado, munido de procuração (com firma reconhecida por autenticidade), atribuindo-lhe poderes para a prática do ato, acompanhado da respectiva documentação de identificação.

1.10.4. Não será admitida a realização de visita técnica por procurador designado para mais de uma pessoa jurídica de direito privado interessada na licitação.

1.11. PUBLICIDADE DO ATO JUSTIFICATIVO DE CONVENIÊNCIA DA OUTORGA

O MUNICÍPIO DE MENDES promoveu a PUBLICIDADE do ATO DE JUSTIFICATIVA DE CONVENIÊNCIA DA OUTORGA PARA CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE COLETIVO REGULAR DE PASSAGEIROS, cumprindo a exigência dos arts. 5º e 16 da Lei nº 8.987/95 (**ANEXO I DO EDITAL**), inexistindo impugnações aos termos nele consignados, abrangendo a esfera administrativa e judicial.

1.12. METODOLOGIA PARA ELABORAÇÃO DA PLANILHA TARIFÁRIA

Valor estimado da concessão de serviço público. Tarifa Única (Art. 15 da Lei Municipal nº 1.169/2007), Planilha tarifária (Associação Nacional de Transportes Públicos)

1.12.1. (Lei nº 8.666/93, art. 40, X, § 2º, II). A TARIFA BASE é estimada em R\$ 3,16 (três reais e dezesseis centavos) a partir de metodologia disponibilizada pela Associação Nacional de Transportes Públicos (ANTP), levando em conta que a Administração Municipal, para elaboração da planilha tarifária, seguiu as diretrizes do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, Processo nº 238.954-0/2012 (Sessão Plenária 02/02/2017), observando, para tanto, as peculiaridades locais.

1.12.1.1. O valor estimado da contratação com base no prazo inicial da vigência da concessão e na estimativa média anual de passageiros transportados (692.208) é de **R\$ 21.873.772,80 (vinte e um milhões, oitocentos e setenta e três mil, setecentos e setenta e dois reais e oitenta centavos)**.

1.12.2. A planilha tarifária base consta do ANEXO II-B DO EDITAL, acompanhada do rol de exigências da Deliberação TCE-RJ nº 280/2017.

2.0. OBJETO, METAS E PRAZO DA CONCESSÃO

(Lei nº 8.987/95, art. 18, I)

2.1. OBJETO DA CONCESSÃO DOS SERVIÇOS

Concessão de serviço público de transporte coletivo regular de passageiros na circunscrição do Município de Mendes, através de seleção de pessoa jurídica de direito privado que apresentar o menor valor de tarifa (art. 15, I, da Lei nº 8.987/95), observadas, ainda, as normas federais e municipais pertinentes.

2.1.1. ABRANGÊNCIA TERRITORIAL DA CONCESSÃO

A concessão compreenderá a zona urbana do Município de Mendes, obrigando a licitante vencedora a executar o objeto da delegação, operando com exclusividade, nas linhas e itinerários definidos neste Edital, assim como em quaisquer outros não previstos, exigidos pelo crescimento da demanda e por novas necessidades de transporte (Lei nº 8.987/95, art. 23, V). A criação, modificação ou exclusão de linhas, itinerários e de horários deverá ser precedida de justificativa técnica firmada pelo órgão competente da municipalidade.

2.1.2. DAS LINHAS MUNICIPAIS

Na forma autorizada pela Lei Municipal nº 1.169/2007 e pela Lei nº 1.879/2017 a concessão objeto deste Edital abrange as linhas abaixo descritas, identificadas pelos respectivos itinerários, relatada a quilometragem de cada percurso por trabalhos técnicos especializados devidamente registrados na entidade profissional competente – **ANEXO II DO EDITAL (PROJETO BÁSICO – NOVO SISTEMA DE TRANSPORTE COLETIVO REGULAR DE PASSAGEIROS)**:

Centro x Ponte Preta (Humberto Antunes)

Centro x Oscar Rudge

Centro x Santa Rosa

Centro x Ventania

Centro x Ponte do Rocha (Cinco Lagos)

Centro x Jabuticabeiras

Centro x Martins Costa (até a localidade Barro Branco)

Centro x Morsing

Centro x Jardim

Centro x Água Fria

Centro x Cruzeiro

Centro x Bela Vista

Centro x Falcão Dias

Centro x Condomínio do Mathias

Gláucia de Souza Oliveira Ferreira
Secretária de Transportes



Heitor Favieri Neto
Procurador Geral - OAB/RJ nº 139.088

2.2. METAS

As metas a serem alcançadas passam pela reformulação dos serviços de transporte coletivo regular de passageiros no âmbito do Município de Mendes, primando por ofertar uma melhor prestação de serviços aos usuários.

Será promovida campanha didática e pedagógica voltada à mobilidade urbana, incluindo a remodelação e informatização de ouvidoria visando estreitar o diálogo entre o usuário do transporte público com o Poder Concedente da outorga.

Será expandido e/ou aperfeiçoado o sistema atual com acréscimo de linhas e itinerários tão logo haja o melhoramento das vias que dão acesso às localidades consideradas de difícil acesso. Para tanto, para o alcance dessa ação governamental estão sendo envidados esforços para a captação de recursos e, assim, vir a empregá-los em realização de obras de infraestrutura urbana.

2.3. PRAZO

O prazo inicial da concessão será de 10 (dez) anos, na forma do art. 155 da Lei Orgânica do Município de Mendes, com redação conferida pela Emenda nº 025/2015. A prorrogação, por igual período do prazo inicial, condiciona-se à adequada prestação dos serviços públicos de transporte coletivo e, ainda, desde que respeitadas exigências legais e cumpridos os pressupostos técnicos estabelecidos pelo PODER CONCEDENTE (art. 23, XII, da Lei nº 8.987/95).

3.0. EXCLUSIVIDADE DE OPERAÇÃO NAS LINHAS MUNICIPAIS

3.1. A exclusividade de operação para a exploração dos serviços de transporte coletivo regular de passageiros consta justificada no ato de conveniência da outorga, devidamente publicado na imprensa oficial (**ANEXO I DO EDITAL**).

3.2. Com a realização da licitação, em voga o **PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE** (caput, art. 37 CRFB), o embarque e o desembarque de passageiros usuários do transporte coletivo regular de passageiros, na circunscrição do Município de Mendes, ente estatal com competência normativa para a outorga da concessão do serviço público local, inviabilizadas estarão cobranças de tarifas por parte de concessionárias de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros, a partir de “seções intramunicipais estabelecidas no percurso das linhas municipais”, criadas pelas Leis nº 1.169/2007 e Lei nº 1.879/2017, permitindo, assim, o incremento na arrecadação do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), exigível pelo art. 30, III, CRFB, bem como atrair o maior número de interessados no processo seletivo, coibindo, ainda, a prática de concorrência tendente a desestabilizar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão.

4.0. CONDIÇÕES NECESSÁRIAS À PRESTAÇÃO ADEQUADA DOS SERVIÇOS

(Lei nº 8.987/95, art. 18, II)

4.1. Em prol do interesse público, coordenado pelo aprimoramento do sistema de transporte coletivo regular de passageiros do Município de Mendes, objetivando cumprir as **condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas**, a regra do art. 18, II, da lei das concessões, exige que:

(I) todos os serviços sejam executados com o número da **frota operacional de veículos/ônibus** vinculadas às características e especificidades fixadas no **PROJETO BÁSICO – NOVO MODELO DE SISTEMA DE TRANSPORTE COLETIVO REGULAR DE PASSAGEIROS (ANEXO II DO EDITAL)**, de maneira a atender as linhas, compreendidas pelos respectivos itinerários, incluídas as recentemente criadas, em observância ao princípio da continuidade dos serviços públicos e ao princípio da legalidade. **A frota reserva** se justifica para as situações que venham a exigir a substituição imediata de veículo que integra a frota operacional, ocasionadas por problemas mecânicos, elétricos, entre outras.

(II) os veículos vinculados ao serviço público de transporte coletivo urbano estejam equipados com dispositivo especial para embarque e desembarque de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida nos termos das Leis nºs 10.048/00 e 10.098/00, regulamentadas pelo Decreto nº 5.269/04, observando o disposto na Portaria nº 260/2007, baixada pelo Instituto Nacional de Metrologia – INMETRO (Normatização e Qualidade Industrial) e, ainda, adaptados às normas de acessibilidade da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, em especial: NBR: 14.022:2009 e NBR 15.570:2009, com relação aos elevadores, larguras de portas, largura de corredores, cadeiras especiais, entre outras.

(III) como forma a satisfazer a exigência de tratamento prioritário, compreendido pelo tratamento diferenciado (Lei nº 10.048/00 e Lei nº 10.098/00), todos os veículos vinculados ao serviço público de transporte coletivo urbano estejam equipados com 06 (seis) assentos de uso preferencial e sinalizados, destinados às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, aos idosos com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, as gestantes, as lactantes e as pessoas acompanhadas por crianças de colo (art. 5º, § 2º e art. 6º, § 1º, I, ambos do Decreto nº 5.296/04).

(IV) todos os veículos vinculados ao serviço público de transporte coletivo urbano sejam previamente aprovados por vistoria realizada pelo Órgão Estadual Competente, e ainda sejam submetidos à anuência do PODER CONCEDENTE, devendo possuir as especificações mínimas previstas no **PROJETO BÁSICO – ANEXO II DO EDITAL (NOVO MODELO DE SISTEMA DE TRANSPORTE COLETIVO REGULAR DE PASSAGEIROS)**.

(IV.1) No âmbito do Estado do Rio de Janeiro não foi extinta a exigência de vistoria para a atividade de transporte coletivo de passageiros, art. 6º da Lei nº 8.269/2018, regulamentada pelo Decreto nº 46.549/2019. Não havendo no âmbito territorial da pessoa jurídica de direito privado a exigência de vistoria, caber-lhe-á apresentar a legislação, com prova de sua vigência.

(V) todos os veículos vinculados ao serviço público de transporte coletivo urbano, no prazo de 60 (sessenta) dias do início da operação, estejam equipados com sistema de bilhetagem eletrônica, inclusive disponibilizando métodos e tecnologias para a viabilização e operacionalização de cartões ao público alvo beneficiado com gratuidade e passe livre (ITEM 19 DO EDITAL), na forma contemplada no **PROJETO BÁSICO – ANEXO II DO EDITAL (NOVO MODELO DE SISTEMA DE TRANSPORTE COLETIVO REGULAR DE PASSAGEIROS)**.

(VI) seja apresentado, no prazo de 90 (noventa) dias, contados do efetivo início da operação, o Projeto de Sistema de Gerenciamento Eletrônico da Operação, na forma contemplada no **PROJETO BÁSICO – ANEXO II DO EDITAL (NOVO MODELO DE SISTEMA DE TRANSPORTE COLETIVO REGULAR DE PASSAGEIROS)**.

(VII) a CONCESSIONÁRIA mantenha durante a vigência contratual garagem ¹ localizada no Município de Mendes, própria ou não, exigível pelo art. 5º da Lei Municipal nº 1.169/2007, destinada a atender às necessidades de manutenção, abastecimento e limpeza dos veículos/ônibus, atendidas as exigências da Lei nº 6.938/81, mediante apresentação da (s) respectiva (s) licença (s).

(VII.1). A autorização de operação das instalações de ponto de abastecimento, para uso exclusivo das atividades econômicas da própria pessoa jurídica de direito privado proponente, está condicionada a comprovação de cumprimento das regras estabelecidas na Resolução ANP nº 12/2007, publicada no DOU em 20/03/2007, e na Resolução CONAMA nº 273/2000, publicada no DOU em 08/01/2001.

(VIII) em se tratando de pessoa jurídica de direito privado não estabelecida no Município de Mendes, seja constituída filial objetivando atender a exigência do art. 5º da Lei Municipal nº 1.169/2007.

(IX) a pessoa jurídica de direito privado, CONCESSIONÁRIA, mantenha durante toda a vigência do contrato de concessão o vínculo empregatício e/ou contratual com a equipe de profissionais e técnicos especializados (**PROJETO BÁSICO – ANEXO II DO EDITAL, NOVO MODELO DE SISTEMA DE TRANSPORTE COLETIVO REGULAR DE PASSAGEIROS**).

(IX.1) Em caso de substituição da equipe de profissionais e técnicos especializados, esta medida deverá ser previamente submetida à anuência do PODER CONCEDENTE.

5.0. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS

(Lei nº 8.987/95, art. 18, III)

5.1. As propostas serão entregues lacradas na sala da Comissão de Licitação localizada na Secretaria de Administração da Prefeitura de Mendes, com Sede na Avenida Júlio Braga, nº 86, Centro, Mendes, CEP 26.700-000.

5.2. Após o horário limite para a entrega das propostas (**11h, 19/03/2019**), não mais será recebida nenhuma proposta ou mesmo documentos complementares às propostas já entregues.

6.0. FORNECIMENTO DE INFORMAÇÕES PARA ELABORAÇÃO DAS PROPOSTAS

(Lei nº 8.987/95, art. 18, IV)

6.1. As informações para elaboração das propostas encontram-se inseridas neste edital, sendo facultada a realização de visita técnica (Item 1.10 do Edital).

6.1.1. Optando a pessoa jurídica de direito privado pela realização de visita técnica expedir-se-á o respectivo ato de visitação (**ANEXO V DO EDITAL**).

6.2. A observância ao art. 18, IV, da Lei nº 8.987/95 está disciplinada no Item 1.4, subitem 1.4.4 do edital, bem como regida a forma na qual serão prestados esclarecimentos em relação a dúvidas na interpretação da lei interna da licitação.

¹ AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES (ANTT, RESOLUÇÃO Nº 4770/2015, ART. 2º, VI).

7.0. DOCUMENTOS REFERENTES À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

(Lei nº 8.987/95, art. 18, V; Lei nº 8.666/93, art. 30)

7.1. As pessoas jurídicas de direito privado proponentes (**SÚMULA Nº 1 DO TCE-RJ**) deverão fazer acostar para cumprimento do requisito QUALIFICAÇÃO TÉCNICA a declaração formal de desinteresse na realização de **VISITA TÉCNICA (ANEXO IV DO EDITAL)** ou o **ATESTADO DE VISITA TÉCNICA** expedido pela municipalidade para o caso de optarem por sua realização (**ANEXO V DO EDITAL**).

7.2. Capacidade técnico-operacional da proponente (experiência anterior)

7.2.1. Atestado (s) que comprove(m) a realização de atividades anteriores pertinentes e compatíveis em **características, quantidades e prazos** com o objeto da licitação, demonstrando aptidão inequívoca da pessoa jurídica de direito privado para realização do objeto licitado (Lei nº 8.666/93, art. 30, II, § 1º).

7.2.1.1. Considera-se para os fins deste item: **Pertinentes e compatíveis em características**, qualquer atividade de transporte coletivo de passageiros em serviço público municipal, intermunicipal, interestadual ou internacional; **Pertinentes e compatíveis em quantidades**, que o serviço atestado tenha sido prestado: **Mínimo** de 03 (três) veículos (tipo/ônibus), PBT entre 14 a 16; KWT entre 09 e 10; Nm/t entre 45 a 50; comprimento entre 9,6 metros a 12,5 metros; área de passageiros em pé (5,70 m² a 6,40m²); passageiros sentados entre 33 (11,20m²) a 35 (12,50m²); capacidade total de passageiros entre 65 (sessenta e cinco) a 74 (setenta e quatro) - ABNT, NBR 15.570:2009, Código de Trânsito Brasileiro (CTB) e Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN). Para o serviço de transporte coletivo de passageiros em serviço público municipal, intermunicipal, interestadual ou internacional a experiência anterior será atestada mediante a execução contratual, devidamente comprovada, evidenciando uma quilometragem mínima mensal de 15.000 km. Esta quilometragem equivale ao percentual de 50% (cinquenta por cento) do percurso vinculado ao sistema atualmente operante (30.893,27 km), encontrada a partir da metodologia de horários de ida e volta das linhas/itinerários; e **Pertinentes e compatíveis em prazos**: que o serviço atestado tenha sido prestado de forma ininterrupta por, no mínimo, 02 (dois) anos.

7.2.1.2. O(s) atestado(s) deverá (ão) ser expedido (s) pelo Órgão Público Delegatário comprovando a prestação de serviços de transporte coletivo de passageiros a quem a pessoa jurídica de direito privado preste ou tenha prestado serviços.

7.2.1.3. O (s) atestado (s) deverá (ão) ser firmado(s) pelo Chefe do Poder Executivo ou por autoridade delegada, vinculada ao Órgão Público Delegatário, detentor de poderes para tal atribuição, devendo estar o signatário claramente identificado (nome, matrícula e função), onde o (s) atestado (s) deverá (ão) estar devidamente acompanhado (s) do (s) contrato (s) administrativo (s) para efeito de confrontação.

7.2.1.4. Só será (ão) aceito(s) atestado(s) que expressem às características dos serviços prestados, à quantidade de veículos utilizados, a quantidade de percursos atendidos durante a execução do contrato e, por fim, a data do início e eventual término do serviço.

7.3. Capacidade técnico-operacional da proponente

Indicação dos veículos/ônibus para composição da frota operacional e frota reserva (CRFB, art. 37, XXI, Lei nº 8.666/93, art. 30, II), considerada essencial para o cumprimento do objeto da licitação, mediante apresentação de relação explícita e da declaração formal da sua disponibilidade:

7.3.1. Frota operacional: Veículos que satisfaçam as exigências do art. 105 da Lei nº 9.503/1997 e a Norma Técnica **ABNT NBR 15.570:2009**, que regulariza e estabelece os requisitos mínimos para veículos voltados ao transporte coletivo urbano de passageiros: **03 (três) veículos** com capacidade de 65 (sessenta e cinco) passageiros, sentados e em pé, incluindo área reservada para acomodação de cadeira de rodas ou cão guia; PBT máximo de 16 toneladas; comprimento máximo do veículo 14 metros.

7.3.1. Frota Operacional: Veículos que satisfaça as exigências do art. 105 da Lei nº 9.503/1997 e a Norma Técnica **ABNT NBR 15.570:2009**, que regulariza e estabelece os requisitos mínimos para veículos voltados ao transporte coletivo urbano de passageiros: **02 (dois) veículos** com capacidade máxima de 40 (quarenta) passageiros sentados e em pé; PBT máximo 9,5 toneladas, comprimento máximo do veículo de 9,6 metros.

7.3.2. Frota Reserva: Veículo que satisfaça as exigências do art. 105 da Lei nº 9.503/1997 e a Norma Técnica **ABNT NBR 15.570:2009**, que regulariza e estabelece os requisitos mínimos para veículos voltados ao transporte coletivo urbano de passageiros: **01 (um) veículo** com capacidade mínima de 65 (sessenta e cinco) passageiros, sentados e em pé, incluindo área reservada para acomodação de cadeira de rodas ou cão guia; PBT máximo de 16 toneladas; comprimento máximo do veículo 14 metros.

7.3.3. Veículo de Apoio: 01 (um) Veículo de Apoio com capacidade de transporte máximo de 05(cinco) passageiros, incluindo condutor, potência mínima de 160cv, torque mínimo de 33 kgfm, com capacidade de carga útil mínima de 950 kg, PBT mínimo 2.800 kg, máximo de 3.500 kg, câmbio manual ou automático.

7.3.4. Idade da frota operacional e da frota reserva: Por força do art. 6º, II, da Lei Municipal nº 1.169/2007, alterada pela Municipal nº 1.645/2013, os veículos integrante da frota operacional e da frota reserva deverão ter a idade máxima de 05 (cinco) anos de fabricação para o início das operações do sistema de transporte coletivo regular de passageiros.

7.4. Capacidade técnico-operacional da proponente

Indicação das instalações físicas (CRFB, art. 37, XXI, Lei nº 8.666/93, art. 30, II, e art. 5º da Lei Municipal nº 1.169/2007), consideradas essenciais para o cumprimento do objeto da licitação, mediante apresentação de relação explícita e da declaração formal da sua disponibilidade:

7.4.1. Área mínima destinada à garagem, sediada no Município de Mendes, para início da execução dos serviços concedidos devendo ser de 75,00m² (setenta e cinco metros quadrados) por veículo, adicionados 20% (vinte por cento) de área coberta com destinação a manutenção dos veículos, contendo setores de elétrica, mecânica, almoxarifado, borracharia, funilaria, pintura, almoxarifado, rampas de inspeção e lavagem.

7.4.2. Apresentará a pessoa jurídica de direito privado proponente as respectivas licenças ambientais (Lei nº 6.938/2001), expedidas pelo Poder Público Municipal, na forma da Lei Complementar nº 140/2011, consignando a celebração de instrumento de convênio com o Estado do Rio de Janeiro – **PROCESSO E-07/503.221/2009**.

7.4.3. Vindo a optar a proponente por fixar o ponto de abastecimento nas instalações da garagem, para uso exclusivo de suas atividades econômicas, deverá comprovar a satisfação das regras da Resolução ANP nº 12/2007 e da Resolução CONAMA nº 273/2000 e, ainda, observar as exigências normativas municipais.

7.4.4. No que diz respeito ao aspecto construtivo, as instalações físicas da pessoa jurídica proponente devem estar em conformidade com as leis de posturas e regulamentações que lhe são próprias, devendo ser dado tratamento adequado às instalações da garagem de modo a evitar transtornos decorrentes de ruídos, emissão de gases e dejetos às áreas circunvizinhas.

7.4.5. A pessoa jurídica de direito privado proponente constituirá filial como forma a atender exigência fixada no art. 5º da Lei Municipal nº 1.169/2007. Aplicável tão somente a interessadas não sediadas no Município de Mendes.

7.5. Capacidade técnico-operacional da proponente

Indicação de pessoal (equipe técnica) que estarão vinculados à execução do contrato (CRFB, art. 37, XXI e Lei nº 8.666/93, art. 30, II, § 10, da Lei nº 8.666/93), considerados essenciais para o cumprimento do objeto da licitação, mediante apresentação de relação explícita e da declaração formal da sua disponibilidade:

7.5.1. Mínimo de 11 (onze) condutores de veículos motorizados para o transporte coletivo de passageiros, com habilitação nas categorias D ou E (art. 143, IV e V, Lei nº 9503/1997), reunindo todos os pressupostos relacionados no art. 145 da Lei nº 9.503/1997, acompanhados de toda a documentação comprobatória, inclusive curriculum vitae.

7.5.2. Mínimo 11 (onze) cobradores, acompanhado de curriculum vitae,

7.5.3. Os condutores de veículos motorizados para o transporte coletivo de passageiros e os cobradores que estarão vinculados à execução do contrato de concessão passarão por curso preparatório para a acessibilidade, objetivando a presteza de atendimento humanizado com prioridade para o atendimento diferenciado para idosos e pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

7.5.4. As quantidades mínimas de condutores e cobradores justificam-se em razão do número da frota operante, considerando o sistema de rodízio nas escalas em 02 (dois) turnos – manhã/tarde e tarde/noite, observando o regime de folga semanal para cada condutor/cobrador.

7.5.5. Mínimo 02 (dois) fiscais de linhas.

7.5.6. 01 (um) mecânico diesel, com experiência profissional de, no mínimo, 06 (seis) meses, inclusive curriculum vitae.

7.5.7. (Lei nº 4.769/1965, art. 2º): 01 (um) Administrador, com registro no Conselho Regional de Administração (CRA);

7.5.8. 01 (um) Assistente Administrativo (grau de instrução, ensino médio).

7.6. Capacidade técnico-operacional da proponente

CRONOGRAMA DE METAS PARA INÍCIO DE OPERACIONALIZAÇÃO DA CONCESSÃO

7.6.1. Para satisfação da exigência de qualificação técnica devem os veículos/ônibus e os bens imóveis estarem inequivocamente individualizados e identificados, com a definição de suas completas características e especificações, além da manifesta declaração de estarem disponíveis e desembaraçados no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de assinatura do contrato de concessão (**ANEXO VI DO EDITAL, CRONOGRAMA DE METAS PARA INÍCIO DA OPERACIONALIZAÇÃO DA CONCESSÃO**).

Gláucia de Souza Oliveira Pereira
Secretária de Transportes

Heitor Favieri Neto
Procurador Geral - OAB/RJ nº 139.088

7.6.1.1. A comprovação da propriedade, da posse ou do direito de uso de terreno poderá se dar dentre as seguintes formas:

- a) Apresentação de escritura pública do imóvel;
- b) Apresentação do compromisso de compra e venda vinculada ao resultado da licitação, com fim específico de aquisição do terreno, com prazo definido para atendimento ao início da operação da concessão do serviço público, estabelecida na supracitada promessa de compra vinculada;
- c) Apresentação de contrato de locação pelo prazo do contrato de concessão (10) anos ou com prazo menor, mas com opção de renovação pelo prazo do contrato e apresentação de prova de propriedade do imóvel em nome do locador.

7.6.1.2. A comprovação da propriedade ou da posse legal dos veículos que compõe a frota de veículos poderá ser dentre as seguintes formas:

- a) Apresentação de certificado de propriedade ou nota fiscal;
- b) Apresentação de contrato de leasing;
- c) Apresentação do compromisso de compra vinculada ao resultado da licitação, acompanhada de carta de fiança bancária, com fim específico de aquisição dos veículos, com prazo definido para atendimento ao início da operação da concessão do serviço público, estabelecida na supracitada promessa de compra vinculada;
- c) Apresentação de contrato de locação pelo prazo do contrato de concessão (10) anos ou com prazo menor, mas com opção de renovação pelo prazo do contrato e apresentação de prova de propriedade do veículo em nome do locador.

8.0. DOCUMENTOS REFERENTES À QUALIFICAÇÃO ECÔNOMICO-FINANCEIRA

(Lei nº 8.987/95, art. 18, V; e Lei nº 8.666/93, art. 31)

8.1. Apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da pessoa jurídica de direito privado, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta.

8.1.1. Serão considerados aceitos, como na forma da lei, o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

8.1.1.1. Sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (Sociedade Anônima): a) publicados em Diário Oficial; ou b) publicados em jornal de grande circulação; ou c) por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da pessoa jurídica de direito privado.

8.1.1.2. Sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA): a) por fotocópia do Livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou em outro órgão equivalente; ou b) por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da pessoa jurídica de direito privado.

8.1.1.3. Os demonstrativos contábeis deverão estar assinados pelo representante legal da pessoa jurídica de direito privado e contabilista responsável, ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

8.2. Como forma de comprovação da boa situação financeira da pessoa jurídica de direito privado interessada, com vistas aos compromissos que terá de assumir caso lhe seja adjudicado o objeto licitado, observar-se-ão os seguintes parâmetros:

a) Prova de possuir capital social no valor de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), mediante comprovação através dos respectivos atos constitutivos, devidamente registrado na Junta Comercial, admitida sua atualização através do IGP-M da FGV (art. 31, § 3º, da Lei nº 8.666/93);

b) Índice de Liquidez Corrente (**ILC**) maior ou igual a 1,00 (um inteiro) apurado pelo quociente:

$$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} = \text{ILC}$$

c) Índice de Liquidez Geral (**ILG**) maior ou igual a 1,00 (um inteiro) apurados pelo quociente:

$$\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Exigível a Longo Prazo}} = \text{ILG}$$

d) Índice de Endividamento (**IE**) igual ou inferior a 1,00 (um inteiro) apurado pelo quociente:

$$\frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não circulante}}{\text{Ativo Total}} = \text{IE}$$

e) Índice de Endividamento Geral (**EG**, Equity)

$$\frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não circulante}}{\text{Patrimônio Líquido}} = \text{IEG}$$

8.3. As exigências deverão ser demonstradas pela pessoa jurídica de direito privado, em papel timbrado, fazendo menção ao número da licitação, datada, assinada pelo representante legal. A forma de apresentação da referida demonstração visa a facilitar o julgamento da licitação. O seu descumprimento não inabilitará a proponente.

8.4. Certidões negativas de falência e recuperação judicial, em vigor na data da apresentação da documentação de habilitação, expedidas pelos Distribuidores da Sede da pessoa jurídica de direito privado. Conjuntamente com as certidões negativas exigidas será apresentada declaração oficial da autoridade judiciária competente, relacionando os Cartórios ou Ofícios de Registros que controlam a Distribuição de Falências e Recuperação Judicial.

8.4.1. No caso das certidões apontarem a existência de algum fato ou processo relativo à solicitação de falência ou recuperação judicial, a pessoa jurídica de direito privado deverá apresentar a certidão emitida pela autoridade judiciária competente, informando em que fase se encontra o feito em Juízo.

9.0. DOCUMENTOS REFERENTES À REGULARIDADE JURÍDICA

(Lei nº 8.987/95, art. 18, V; Lei nº 8.666/93, art. 28)

9.1. A regularidade jurídica da proponente será verificada mediante apresentação dos seguintes documentos, dispostos nesta ordem:

- I. Cédula de Identidade e CPF dos sócios ou diretores;
- II. Registro comercial (caso empresário pessoa física);
- III. Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias. No caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- IV. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício. A sociedade simples que não adotar um dos tipos regulados nos artigos 1.039 a 1.092 do Código Civil, deverá mencionar, no contrato social, por força do artigo 997, IV, as pessoas naturais incumbidas da administração;
- V. Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedida pelo órgão competente quando a atividade assim o exigir;
- VI. Ata da respectiva fundação, e o correspondente registro na Junta Comercial, bem como o estatuto com a ata de assembleia de aprovação, na forma do artigo 18 da Lei nº 5.764/71, em se tratando de sociedade cooperativa.

DAS COOPERATIVAS

Exigir-se-ão para as cooperativas:

- I. Ata de fundação;
- II. Estatuto (com assembleia de aprovação);
- III. Regimento Interno (com ata de aprovação);
- IV. Regimento dos fundos (com ata de aprovação);
- V. Edital de convocação de assembleia geral e ata em que forem eleitos os dirigentes e conselheiros;


Gláucia de Souza Oliveira
Secretária de Transportes


Heitor Favieri Neto
Procurador Geral - OAB/RJ nº 139.088

- VI. Registro da presença dos cooperados em assembleias gerais;
- VII. Ata da sessão em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto deste certame, se vencedora;
- VIII. Relação dos cooperados que executarão o objeto, acompanhada dos documentos comprobatórios da data de ingresso de cada qual na cooperativa.

9.2. Não será admitida participação de cooperativas fornecedoras de mão de obra, mas apenas as prestadoras de serviços por intermédio dos próprios cooperados.

10.0. DOCUMENTOS REFERENTES À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

(Lei nº 8.987/95, art. 18, V; e Lei nº 8.666/93, art. 29)

10.1. A regularidade fiscal e trabalhista da pessoa jurídica proponente será verificada mediante apresentação das os seguintes documentos e certidões, dispostos nesta ordem:

- I. Cartão de Inscrição no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas (CNPJ), expedida pela Secretaria da Receita Federal;
- II. Cartão de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual (ICMS), expedido pela Secretaria de Fazenda do Estado, da Sede ou domicílio da pessoa jurídica, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- III. Cartão de Inscrição do Contribuinte Municipal, expedido pela Secretaria de Fazenda da sede ou domicílio da pessoa jurídica;
- IV. Prova de regularidade relativa aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, na forma exigida pela Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02 de outubro de 2014;
- V. Prova de regularidade relativa à Fazenda Estadual (ICMS) da Sede da proponente, incidindo acerca da sede ou domicílio da pessoa jurídica. A Certidão Negativa de ICMS só terá validade se apresentada conjuntamente com a Certidão Negativa de Dívida Ativa Estadual.
- VI. Certidão Negativa ou Regularidade expedida pela Fazenda Municipal da Sede ou domicílio da pessoa jurídica, cuja incidência abrangerá os Tributos: ISSQN, IPTU, Taxas e Contribuição de Melhoria. Em caso do imóvel onde se situe a proponente pertencer a terceiros, deverá ser apresentado o contrato locatício, como forma a atender a exigência inerente ao IPTU e a Contribuição de Melhoria.
- VII. Certificado de Regularidade de Situação junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), expedida pela Caixa Econômica Federal, na forma do art. 27 da Lei nº 8.036/1990;
- VIII. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa ou por meio de Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT, quando verificada a existência de débitos garantidos por penhora suficiente (§ 2º do art. 642-A, Título VII-A da CLT, redação conferida pela Lei nº 12.440/2011).

10.1.1. Terão os mesmos efeitos que a Certidão Negativa ou Certidão de Regularidade, a Certidão Positiva com Efeitos de Negativa emitidas pelos respectivos Órgãos quando o crédito tributário encontrar-se suspenso (Art. 151, c/c o Art. 206 do Código Tributário Nacional).

10.1.2. As certidões terão validade pelos prazos que lhes são próprios. Caso não explicitamente indicados reputar-se-ão válidas por 90 (noventa) dias, contados das respectivas expedições.

11.0. TRATAMENTO FAVORECIDO E DIFERENCIADO

RITO PARA A FASE DE HABILITAÇÃO

(Lei Complementar nº 123/06)

11.1. As pessoas jurídicas de direito privado proponentes que se enquadrarem nos termos da Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006 e quiserem fazer jus ao tratamento favorecido e diferenciado de que dispõe a norma, deverão apresentar no ato de apresentação das propostas declaração de enquadramento assinada pelo representante legal e pelo contabilista responsável, com firma reconhecida, evidenciando todas as condicionantes do **ANEXO VII DESTE EDITAL**.

11.1.1. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte observará as seguintes disposições:

(I) As microempresas e empresas de pequeno porte que declararem esta condição para o fim de tratamento favorecido e diferenciado - Lei Complementar nº 123/2006 (**ANEXO VII DESTE EDITAL**) não estão dispensadas da apresentação da documentação comprobatória de regularidade fiscal e trabalhista, devendo, para o caso de haver restrição, comprovar materialmente no ato de apresentação da documentação de habilitação o motivo impeditivo da obtenção do certificado de regularidade.

(II) Havendo restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista exigida para HABILITAÇÃO será assegurado à microempresa e empresa de pequeno porte o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do ato DECLARATÓRIO DE VENCEDORA DO CERTAME, prorrogáveis por igual período, a critério do MUNICÍPIO, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

(III) A não regularização da documentação, no prazo fixado, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93, bem como as estabelecidas neste Edital, sendo facultado ao MUNICÍPIO convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para celebrar a contratação ou revogar a licitação.

12.0. CUMPRIMENTO DO ART. 7º, XXXIII, DA CRFB

(Lei nº 8.666/93, art. 27, V)

Declaração firmada pela pessoa jurídica de direito privado proponente acerca da estrita observância ao princípio constitucional previsto no art. 7º, XXXIII, da CRFB (**MODELO abaixo**):

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2018

PREFEITURA DE MENDES

(Razão Social), CNPJ (MF) nº _____, por seu representante legal, Senhor (a) _____, portador (a) da cédula de identidade nº _____ e do CPF nº _____

DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93, que não empresa menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre (assinalar com "X", conforme o caso):


Gláucia de Souza Oliveira Ferreira
Secretária de Transportes


Heitor Fayri Neto
Procurador Geral - OAB/RJ nº 139.088

() não emprega menor de dezesesseis anos.

() emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

A revelação de violação à regra acarretará em imediata inabilitação ou desclassificação ou, ainda, conforme o caso, motivar rescisão administrativa.

Local, data, mês e ano

13.0. DA PARTICIPAÇÃO DE FILIAIS

13.1. Será permitida a participação de filial, desde que na fase de habilitação seja apresentada a seguinte documentação: Contrato Social Consolidado; Estatuto Social registrado na Junta Comercial ou Órgão equivalente; Cédula de Identidade e CPF (MF) dos dirigentes; Balanço Patrimonial (CNPJ da Matriz); Prova de Regularidade de Tributos para com as Fazendas Federal (INSS, Receita Federal e Dívida Ativa da União), Estadual (ICMS e Dívida Ativa do Estado, quando exigida) e Municipal – Tributos: ISS; IPTU, Contribuição de Melhoria e Taxas, CNPJ da Matriz. Quando os tributos forem recolhidos centralizadamente, devidamente atestados pela pessoa jurídica de direito privado proponente, acarretando em inabilitação a sua ausência. Caso não recolhido de forma centralizada apresentar todas as certidões de regularidade individualmente por estabelecimento (Matriz e Filial). Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Instituto Nacional do Seguro Social - INSS (CNPJ da Matriz quando os encargos forem recolhidos centralizadamente), aplicando-se a mesma regra acima em caso de recolhimento de forma descentralizada.

14.0. PARTICIPAÇÃO DE PROPONENTES EM REGIME DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

14.1. Será admitida a participação de proponentes em regime de recuperação judicial, observando:

- a) a distinção entre situação da pessoa jurídica que ainda está postulando a recuperação judicial (art. 52, da Lei nº 11.101/2005), daquela que já está com o plano de recuperação aprovado e homologado judicialmente, com a recuperação já deferida (art. 58, da Lei nº 11.101/2005);
- b) o mero despacho de processamento do pedido de recuperação judicial, com base no art. 52 da Lei nº 11.101/2005, não demonstra que a pessoa jurídica em recuperação possua viabilidade econômico-financeira;
- c) apenas com o acolhimento judicial do plano de recuperação, na fase do art. 58 da Lei nº 11.101/2005, é que existe a recuperação judicial em sentido material, com a demonstração da viabilidade econômico-financeira;
- d) caso a certidão seja positiva de recuperação, caberá à Comissão de Licitação diligenciar no sentido de aferir-se a pessoa jurídica em recuperação já teve seu plano de recuperação acolhido judicialmente, na forma do art. 58 da Lei nº 11.101/2005;
- e) se a pessoa jurídica postulante à recuperação não obteve o acolhimento judicial do seu plano, não há demonstração da sua viabilidade econômico-financeira, sendo inabilitada do certame;
- f) a pessoa jurídica em recuperação com plano de recuperação acolhido, como qualquer licitante, deverá demonstrar os demais requisitos para prova de qualificação econômico-financeira, bem como em relação aos demais requisitos exigidos (Regularidade Jurídica, Regularidade Fiscal e Trabalhista, Qualificação Técnica, Qualificação Econômico-Financeira e Cumprimento ao art. 7º, inciso XXXIII, CRFB).


Gláucia de Souza Oliveira Ferreira
Secretária de Transportes


Heitor Favieri Neto
Procurador Geral - OAB/RJ nº 139.088

15.0. RECEITAS ALTERNATIVAS, COMPLEMENTARES OU ACESSÓRIAS, BEM COMO AS PROVENIENTES DE PROJETOS ASSOCIADOS

(Lei nº 8.987/95, art. 18, VI)

15.1. As fontes de receitas alternativas, complementares ou acessórias, bem com as provenientes de projetos associados, mediante prévia e expressa anuência do PODER CONCEDENTE e desde que não haja comprometimento da atividade primária do objeto da concessão, serão adicionadas ao cálculo tarifário como fator de redução do valor da tarifa, observado, para essa finalidade, o valor da proposta declarada vencedora do certame.

15.2. A planilha do cálculo tarifário contém mecanismos para a inclusão imediata das receitas decorrentes da aplicação do art. 18, VI, da Lei nº 8.987/95, visando a demonstrar, de forma imediata, o valor da tarifa a ser cobrado aos usuários do transporte coletivo de passageiros.

16.0. SUBSÍDIO FINANCEIRO AUTORIZADO POR LEI

(Lei nº 8.987/95, art. 17; Lei Municipal nº 1.878/2017)

Por força do disposto no art. 17 da Lei nº 8.987/95 e da Lei Municipal nº 1.878/2017, a planilha tarifária contempla o aporte mensal pelo poder público municipal para custeio do sistema de transporte coletivo regular de passageiros, a importância de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), cuja finalidade é a redução do valor da tarifa base.

17.0. DIREITOS E OBRIGAÇÕES

(Lei nº 8.987/95, art. 18, VII)

17.1. Direitos e obrigações básicos do PODER CONCEDENTE são os referentes à regulamentação, planejamento, fiscalização e aplicação de multas e, como obrigação principal, a de assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do serviço concedido durante a vigência do contrato de concessão, através de reajustes ou revisões periódicas da tarifa, bem como assegurar o regular pagamento decorrente dos encargos financeiros (subsídio tarifário e pagamento dos créditos relativos aos cartões eletrônicos/escolares).

17.2. Direitos básicos da CONCESSIONÁRIA são os referentes ao equilíbrio econômico-financeiro pela execução da prestação de serviço público essencial, à alteração e expansão dos serviços a serem realizados no futuro para garantir a continuidade do serviço e o atendimento ao crescimento da demanda, constituindo a obrigação fundamental a de prestar serviço adequado (art. 6º da Lei nº 8.987/95 e art. 6º da Lei Municipal nº 1.169/2007).

17.3. A concessão compreenderá a zona urbana do Município de Mendes, obrigando a CONCESSIONÁRIA a executar o objeto da delegação, operando com exclusividade, nas linhas e itinerários contidos neste edital de regência, assim como em quaisquer outros não previstos, exigidos pelo crescimento da demanda e por novas necessidades de transporte (Lei nº 8.987/95, art. 23, V). A criação, modificação ou exclusão de linhas, itinerários e de horários deverá ser precedida de justificativa técnica firmada pelo órgão competente da municipalidade.


Gláucia de Souza Oliveira Ferreira
Secretária de Transportes


Heitor Favieri Neto
Procurador Geral - OAB/RJ nº 139.088

17.4. A exclusividade de operação pela CONCESSIONÁRIA (licitante vencedora) está devidamente motivada no ato justificativo de conveniência de outorga da concessão.

18.0. CRITÉRIOS DE REAJUSTE E REVISÃO DE TARIFA

(Lei nº 8.987/95, art. 18, VIII)

18.1. O valor da tarifa, objeto da concessão, será mantido irrevogável pelo prazo de 12 (doze) meses, podendo ser revisto, no entanto, a qualquer tempo, para fins de equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, nos termos do art. 10 da Lei nº 8.987/95, tomando como parâmetro as condições da proposta da licitante-adjudicatária.

18.1.1. A base de cálculo para revisão ou reajuste de tarifa corresponderá à estrutura composta pelos custos variáveis (combustível, lubrificante, ARLA 32, rodagem, peças, acessórios e custos ambientais) e pelos custos fixos (depreciação, remuneração do capital imobilizado, custos com pessoal e despesas administrativas), agregando-se a estes a remuneração de prestação de serviços e tributos diretos, resultando no custo total.

18.2. Dever-se-á observar a formalização da seguinte equação para o cálculo tarifário:

$$\text{TARIFA PÚBLICA} = (\text{CT} - (\text{SB} + \text{RDL})) / \text{PP}$$

ONDE:

CT = custo total

PP= passageiros pagantes

SB = subsídio para custeio de tarifa

RDL= receitas decorrentes da Lei nº 8.987/95, art. 18, VI)

18.3. Ressalvados os impostos sobre a renda, a criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, após a apresentação da proposta, quando comprovada a repercussão sobre o custo do serviço, implicará a revisão da tarifa, para mais ou para menos.

18.4. A remuneração do serviço prestado à CONCESSIONÁRIA será através do pagamento de tarifa pelo passageiro transportado, sendo que a administração financeira será através de caixa privado.

18.5. Em face do princípio da modicidade, considera-se justa a remuneração que atende, pelo menos, aos seguintes fatores básicos:

- a) despesas com operação;
- b) quota de depreciação compatível com os prazos e com o regime de depreciação;
- c) remuneração do capital;
- d) encargos financeiros da operadora;
- e) encargos tributários, trabalhistas, administrativos e despesas previstas ou autorizadas.


Gláucia de Souza Oliveira Ferreira
Secretária de Transportes


Heitor Favieri Neto
Procurador Geral - OAB/RJ nº 139.088

18.6. O valor da tarifa será fixado periodicamente por ato do Poder Executivo, de modo a preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão.

18.7. O valor da tarifa poderá ser objeto de equilíbrio econômico-financeiro, tanto por iniciativa do Poder Público como da Concessionária.

18.7.1. Constitui o equilíbrio econômico-financeiro, nos termos do art. 10 da Lei nº 8.987/95, as condições objeto da proposta da licitante vencedora.

18.7.2. Respeitado o disposto nos 9º, §§ 3º e 4º, da Lei nº 8.987/95, são pré-requisitos essenciais para fundamentar o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro do valor da tarifa, fatos ou causas que sejam:

- a) imprevisíveis;
- b) estranhos à vontade do PODER CONCEDENTE ou da CONCESSIONÁRIA;
- c) inevitáveis;
- d) causadores de significativo e irreversível desequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

18.7.3. Para os fins de equilíbrio econômico-financeiro de que trata o subitem 18.7 deste edital, no caso de iniciativa da CONCESSIONÁRIA, o pleito deverá ser protocolado por meio de requerimento fundamentado, arrolando os dados e argumentos qualitativos e quantitativos, justificadores do desequilíbrio.

18.7.4. Previamente à análise do mérito deverá o PODER CONCEDENTE manifestar-se formalmente quanto à admissibilidade do pleito, fundamentando-a em até 15(quinze) dias da data do seu protocolo.

18.7.5. Ao PODER CONCEDENTE, havendo análise positiva de admissibilidade, caberá decidir quanto ao mérito no prazo de até 30 (trinta) dias, prorrogáveis por igual período, desde que justificado.

18.7.6. A CONCESSIONÁRIA deverá divulgar em seu sítio eletrônico, de forma clara e de fácil compreensão pelos usuários, tabela do valor da tarifa praticada e a evolução das revisões ou reajustes realizados nos últimos cinco anos (Lei nº 9.987/95, art. 9, § 5º).

19.0. GRATUIDADES SISTEMA DE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS **IMPLANTAÇÃO DE CARTÕES / BILHETES ELETRÔNICOS**

19.1. Gozam de gratuidade no transporte coletivo regular de passageiros no Município de Mendes:

- a) os idosos maiores de 65 (sessenta e cinco) anos de idade;
- b) as crianças menores de 07 (sete) anos de idade;
- c) as pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida;
- d) os alunos da rede municipal de ensino (ensino fundamental), a partir de 12 (doze) anos de idade.

19.1.1. A gratuidade do transporte para os idosos com idade superior a 65 (sessenta e cinco) anos é assegurada pelo art. 230, § 2º, da CRFB e pelo art. 39 da Lei nº 10.741/2003, SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, ADI 3786/DF, Plenário, DJE, 26/10/2007, Ministra Relatora Cármen Lúcia.

19.1.2. A gratuidade do transporte para as pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida é assegurada pelo art. 155 da Lei Orgânica do Município de Mendes, pela Lei Municipal nº 1.169/2007 e pelo Decreto nº 076/2009, SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, ADI 2649/DF, Plenário, DJE, 17/08/2008, Ministra Relatora Cármen Lúcia.

19.2. Serão confeccionados pela CONCESSIONÁRIA os respectivos cartões/bilhetes eletrônicos de PASSE LIVRE aos idosos e às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

19.3. Os CARTÕES ESCOLARES – BILHETES ELETRÔNICOS serão confeccionados pela CONCESSIONÁRIA e os créditos serão efetuados após comprovação do pagamento pelo MUNICÍPIO DE MENDES, calculados sobre o quantitativo de viagens mensais realizadas pelos alunos da rede municipal, com limitação diária de 02 (duas), contemplados esta limitação nos créditos dos cartões por ocasião da emissão das notas fiscais.

19.3.1. Na forma do art. 1º, § 2º, da Lei Municipal nº 1.167/2007, podendo ser incluídas outras na constância da contratação, mediante apostilamento, os recursos destinados ao pagamento dos créditos nos cartões escolares / bilhetes eletrônicos correrão à conta da rubrica: Órgão: 02.00. Prefeitura de Mendes. Unidade: 02.12. Secretaria de Educação e Cultura. Projeto/Atividade: 2.028. Ensino Fundamental - Transporte. Natureza da Despesa 3.3.90.39.99.99.00.00.0000, podendo ser incluídas novas rubricas na constância da contratação.

19.3.2. Caberá ao MUNICÍPIO DE MENDES reduzir ou acrescer o valor de créditos nos CARTÕES ESCOLARES – BILHETES ELETRÔNICOS para o caso de haver cumulação de créditos no transcorrer dos meses ou em virtude de fatos relacionados aos calendários dos anos letivos.

19.3.3. A aquisição dos créditos observará as regras da Lei nº 8.666/93 e da Lei nº 4.320/64.

19.3.4. Os pagamentos à CONCESSIONÁRIA serão feitos através de crédito em conta corrente indicada no ato de celebração do contrato de concessão, devendo constar da nota fiscal de serviços que a despesa está juridicamente embasada na Lei nº 1.167/2007, bem como na licitação objeto do Edital de Concorrência Pública nº 002/2018.

19.4. Os alunos matriculados na rede estadual de ensino continuarão absorvidos no sistema de transporte coletivo de passageiros, atendidas as condições estabelecidas no Item 19.3, observadas as peculiaridades e o negócio jurídico firmado com a CONCESSIONÁRIA. Os custos com o pagamento decorrentes dos créditos nos cartões – bilhetes eletrônicos serão arcados pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, observado o valor definido no art. 1º, § 3º, da Lei Municipal nº 1.167/2007.

19.5. A CONCESSIONÁRIA disponibilizará ao PODER CONCEDENTE, mensalmente, a informação decorrente do valor da receita obtida com o pagamento com créditos dos cartões escolares – bilhetes eletrônicos (alunos das redes municipal e estadual de ensino), objetivando controle do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

20.0. CONTEÚDO DAS PROPOSTAS E CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

(Lei nº 8.987/95, 18, III)

20.1. Os envelopes contendo os documentos de **HABILITAÇÃO** e **PROPOSTAS DE TARIFA (ART. 15, I, DA LEI Nº 8.987/95)** deverão ser entregues na data e horário mencionados no item 1.0, subitem 1.3 e no Item 5.0, subitens 5.1 e 5.2 do Edital, separadamente, devendo estar lacrados e conter na parte externa e frontal, além da razão social os seguintes dizeres:

PROCESSO Nº 82/2017
PROCESSO Nº 1.785/2018

CONCORRÊNCIA Nº 002/2018

ENVELOPE Nº 01 – HABILITAÇÃO
ENVELOPE Nº 02 – PROPOSTA DE TARIFA

20.2. O **ENVELOPE Nº 01 – HABILITAÇÃO** deverá conter, obrigatoriamente, a documentação relacionada nos **ITENS 7.0 a 14.0 do EDITAL**, os quais poderão ser apresentados no original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor integrante da Comissão de Licitação da Prefeitura de Mendes.

20.3. Os documentos deverão ser apresentados encadernados e em ordem sequencial, contendo carimbo e rubrica do representante legal da pessoa jurídica de direito privado proponente.

20.4. O **ENVELOPE Nº 02 – PROPOSTA DE TARIFA** deverá ser elaborada seguindo as diretrizes do ANEXO II-B DO EDITAL, devidamente assinada pelo representante legal da proponente, com identificação da Razão Social, CNPJ/MF, Inscrição Estadual, Inscrição Municipal, Endereço de sua Sede, contendo todos os elementos e fontes de pesquisas a comprovar a formação do custo ofertado, a teor da planilha tarifária base elaborada pela Administração Municipal, apresentada em folhas numeradas, sem emendas, rasuras ou ressalvas, acompanhada de elaboração dos estudos de viabilidade econômica e financeira e fluxo de caixa, informando valor VPL (Valor Presente Líquido), PAYBACK, simples e descontado e TIR – Taxa Interna de Retorno, para vigência de 10 (dez) anos, (ANEXO II-D e ANEXO II-E do EDITAL), seguida de indicação de conta bancária para a finalidade de pagamento de créditos nos cartões - bilhetes eletrônicos, bem como para o pagamento mensal do subsídio tarifário.

20.5. Na sessão pública inaugural dos trabalhos serão recebidos os **ENVELOPES 01 e 02** e abertos os **ENVELOPES 01**, sendo a documentação dele constante examinada por todos os representantes legais e/ou credenciados, que as rubricarão juntamente com os componentes da Comissão de Licitação e pelas demais pessoas presentes à sessão.

20.6. Após a abertura do **ENVELOPE 01** a sessão poderá ser suspensa para julgamento da habilitação desde que se faça necessário para o completo exame dos documentos apresentados ou à promoção de diligências. Caso em que a Comissão de Licitação divulgará o julgamento da fase de habilitação mediante publicação no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro (Diário eletrônico, AEMERJ).

20.7. Os **ENVELOPES 02** serão mantidos lacrados sob a guarda da Comissão de Licitação que os rubricarão, na sua parte externa, em conjunto com os representantes legais e/ou credenciados das pessoas jurídicas proponentes e demais presentes à sessão pública.

20.8. Da sessão pública de recebimento dos envelopes e da abertura dos envelopes será lavrada ata circunstanciada assinada pelos representantes das proponentes presentes, pelos componentes da Comissão de Licitação e pelas demais pessoas presentes.



Gláucia de Souza Oliveira Ferreira
Secretária de Transportes



Heitor Favieri Neto
Procurador Geral - OAB/RJ nº 139.088

20.9. Serão consideradas habilitadas as proponentes que atenderem integralmente as condições exigidas para a fase de habilitação.

20.10. Após comunicação ou intimação do resultado da fase de HABILITAÇÃO, poder-se-á passar imediatamente à abertura dos **ENVELOPES 02** desde que todas as licitantes renunciem expressamente ao direito de recorrer. Somente nesta hipótese poderão ser os envelopes de proposta devolvidos às proponentes inabilitadas, lacrados e rubricados em sua parte externa, na forma em que foram recebidos na sessão pública inaugural do certame.

20.11. Não ocorrendo renúncia ao direito de recorrer por parte de todas as licitantes será designada data para abertura e julgamento das propostas, com comunicação a todas as licitantes habilitadas, após julgamento do mérito dos recursos inerente à fase de habilitação.

20.12. Ultrapassada a fase de HABILITAÇÃO, a Comissão de Licitação não mais poderá desclassificar as licitantes por motivos relacionados com a regularidade jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira e atendimento ao art. 7º, XXXIII, da CRFB, salvo em razão de fatos supervenientes ou conhecidos após o julgamento.

20.13. Serão julgadas desclassificadas as **PROPOSTAS DE TARIFA**:

- a) **QUE** não atenderem, no todo ou em parte, as disposições deste edital ou que apresentarem preço excessivo;
- b) **QUE** financeiramente seja incompatível com os objetivos da licitação;
- c) **QUE** para sua viabilização necessite de vantagens ou subsídios que não estejam previamente autorizados em lei e à disposição de todos os concorrentes (Lei nº 8.987/95, 17, §§ 1º e 2º).

20.13.1. Considerar-se-á **preço excessivo**, a proposta contendo valor de tarifa superior ao estabelecido pelo Município de Mendes (RJ), através da planilha tarifária (PROJETO BÁSICO, ANEXO II-B DO EDITAL).

20.13.2. Considerar-se-á **financeiramente incompatível com os objetivos da licitação (art. 15, § 3º, da Lei nº 8.987/95)**, a **PROPOSTA DE TARIFA** que não demonstre a estrutura de preços composta pelos custos variáveis e pelos custos fixos, agregando-se a estes a remuneração de prestação de serviços e tributos diretos, resultando no custo total.

20.13.3. Existindo dúvidas pela Administração Pública quanto à viabilidade econômica e financeira da PROPOSTA DE TARIFA de MENOR VALOR, será facultada a licitante a demonstração técnica de viabilidade, observando, assim, as orientações e entendimentos jurisprudenciais do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro e do Tribunal de Contas da União.

20.14. Será considerada vencedora a proposta que ofertar o **MENOR PREÇO DE TARIFA**, com critério estabelecido no art. 15, I, da Lei nº 8.987/95, considerando para julgamento a planilha tarifária elaborada pelo Município de Mendes.

20.15. Em igualdade de condições, será dada preferência à proposta apresentada por empresa brasileira. No caso de empate entre duas ou mais propostas apresentadas por empresas brasileiras, a classificação se fará, obrigatoriamente, por sorteio, em ato público, para o qual todas as licitantes serão convocadas.

20.16. Na hipótese de inabilitação ou desclassificação de todas as propostas, a Comissão de Licitação poderá fixar as licitantes o prazo de 8 (oito) dias úteis para apresentação de nova documentação ou de outras propostas devidamente escoimadas das causas que derem origem a tal situação.

20.17. Observar-se-á a preferência de contratação para microempresa e empresa de pequeno porte mediante regramento jurídico fixado nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, observando, para tanto, o cumprimento das condicionantes do Item 11.0 do Edital, a saber:

20.18. Havendo participação de microempresas e empresas de pequeno porte (art. 44 da Lei Complementar nº 123/2006), será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação.

20.18.1. Configurarão por empate as situações em que os valores das propostas, apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte, sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta de tarifa mais bem classificada.

20.19. No caso de empate entre microempresas e empresas de pequeno porte, serão adotados os seguintes procedimentos:

20.19.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de tarifa inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto da concessão.

20.19.2. No caso de apresentação de propostas de tarifa com idêntico valor será realizado sorteio para que se identifique qual das microempresas ou empresas de pequeno porte poderá, primeiramente, apresentar melhor oferta.

20.19.3. Não ocorrendo contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem acima, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem no regime estabelecido no art. 44 da Lei Complementar nº 123/2006, para, na ordem classificatória, exercerem o mesmo direito.

20.19.4. Na hipótese de não se viabilizar a contratação, segundo os procedimentos acima, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

20.20. Somente se aplicará o regramento de que trata o Item 20.17 quando a proposta de tarifa inicial não tiver sido apresentada por microempresa e empresa de pequeno porte.

21.0. BENS REVERSÍVEIS

(Lei nº 8.987/95, art. 18, X e XI)

Para o início da vigência da CONCESSÃO não há bens reversíveis.

21.1. Considerando o fluxo de caixa estabelecendo a substituição de veículos ao longo da vigência do contrato de concessão (**ANEXO II-E do Edital**), admitir-se-á existência de bens reversíveis gratuitos e bens reversíveis onerosos.

21.2. Bens reversíveis gratuitos serão concebidos quando a arrecadação da receita tarifária seja suficiente para o futuro ressarcimento da CONCESSIONÁRIA pelos investimentos realizados em bens, de modo que ao fim do contrato haverá a reversão para o domínio do PODER CONCEDENTE sem qualquer espécie de ônus ou indenização.

21.3. Bens reversíveis onerosos serão concebidos quando ao final CONCESSÃO exija que o PODER CONCEDENTE indenize a CONCESSIONÁRIA pelos bens reversíveis adquiridos por seu capital exclusivo, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido (art. 36 da Lei nº 8.987/95).

21.4. São considerados bens reversíveis o sistema de bilhetagem eletrônica e os veículos/ônibus que constituem a frota de operação do sistema de transporte coletivo, ambos vinculados ao contrato de concessão.

21.5. No prazo de 08 (oito) meses anteriores a extinção da concessão, caberá ao PODER CONCEDENTE a elaboração de relatório provisório de reversão, no qual retratará a situação dos BENS REVERSÍVEIS e determinará a sua aceitação ou a sua substituição, antes da extinção da concessão, contendo: a) fixação dos prazos em que as eventuais substituições serão efetivadas, devidamente justificadas, especialmente quanto a sua conveniência, necessidade e economicidade; b) quando for o caso, identificará as eventuais indenizações devidas à CONCESSIONÁRIA por ocasião da extinção do CONTRATO DE CONCESSÃO.

21.6. Extinta a concessão, verificado o integral cumprimento das determinações do relatório provisório de reversão, o PODER CONCEDENTE elaborará o relatório definitivo de reversão, com o objetivo de liberar a CONCESSIONÁRIA de todas as obrigações inerentes a reversão de bens.

21.7. Enquanto não expedido o relatório definitivo de reversão, não será liberada a GARANTIA de que trata o Item 24.0, subitem 24.7.1, deste Edital.

21.8. Extinta a concessão, passarão ao domínio do PODER CONCEDENTE todos os bens reversíveis, direitos e privilégios transferidos à CONCESSIONÁRIA.

21.9. A assunção do serviço autoriza a utilização pelo PODER CONCEDENTE, de todos os bens reversíveis vinculados à concessão.

21.10. Nos casos de extinção da concessão por advento do termo contratual ou por encampação, o PODER CONCEDENTE, antecipando-se à extinção da concessão, procederá aos levantamentos e avaliações necessárias à determinações dos montantes de indenização que será devida à CONCESSIONÁRIA, observado as regras do art. 36 e 37 da Lei nº 8.987/95.

22.0. RECURSOS ADMINISTRATIVOS, HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DA LICITAÇÃO

(Lei nº 8.666/93, art. 38, VII e art. 109)

22.1. Das decisões proferidas pela Comissão de Licitação caberão recursos, os quais serão processados e julgados na forma regida pelo art. 109 da Lei nº 8.666/93.

22.2. Uma vez proferido o julgamento pela Comissão e decorrido “*in albis*” o prazo recursal, ou tendo havido renúncia expressa, desistência, ou após o julgamento dos recursos, o processo licitatório será encaminhado ao Chefe do Poder Executivo para deliberação homologatória e adjudicatória.

23.0. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO DA TARIFA

(Lei nº 8.666/93, art. 40, XIV)

Independentemente do pagamento em espécie pela prestação do serviço público de transporte coletivo regular de passageiros, deverá a CONCESSIONÁRIA selecionada, no prazo de 60 (sessenta) dias do início da efetiva operação, cumprindo o **CRONOGRAMA DE METAS DE INÍCIO OPERACIONALIZAÇÃO DA CONCESSÃO (ANEXO VI DO EDITAL)**, manter disponibilizado em todos os veículos da frota operacional e da frota reserva o sistema de **BILHETAGEM ELETRÔNICA**, entendendo-se este conceito o uso de cartão inteligente sem contato, submetido à norma **ISO/IEC 14.443**, com capacidade para suportar múltiplas ampliações e com nível de segurança que preserve a integridade de cada aplicação isoladamente, bem como os equipamentos, softwares, validadores dos cartões eletrônicos, roletas e demais equipamentos necessários à operacionalização do sistema de conformidade com a referida norma.

24.0. CONTRATO DE CONCESSÃO

(Lei nº 8.987/95, art. 18, XIV)

24.1. HOMOLOGADA E ADJUDICADA A LICITAÇÃO a proponente vencedora será convocada para a assinatura do CONTRATO DE CONCESSÃO (**ANEXO VIII DO EDITAL**), no prazo máximo de 10(dez) dias úteis, respeitados os prazos definidos no CRONOGRAMA DE METAS PARA O INÍCIO DE OPERACIONALIZAÇÃO DA CONCESSÃO (**ANEXO VI DO EDITAL**).

24.2. A CONCESSIONÁRIA, no prazo de 90 (noventa) dias da assinatura do contrato de concessão, deverá iniciar a operação do sistema de transporte coletivo regular de passageiros, na circunscrição municipal, com os veículos/ônibus da frota operacional e frota reserva, incluindo o veículo de apoio, formalmente declarados disponíveis para atendimento ao Item 4.0, subitem 4.1 (condições necessárias à prestação adequada dos serviços) e ao Item 7.0, subitem 7.3 (Qualificação Técnica), ambos do Edital de Concorrência Pública nº 002/2018, incluindo o emplacamento exigido pelo art. 17 da Lei Municipal nº 1.169/2007, com redação introduzida pela Lei nº 1.663/2013, acompanhada da prova do certificado de registro e licenciamento veicular (CRVL), incluindo a realização de vistoria anual e Seguro Obrigatório DPVAT.

24.2.1. Pela CONCESSIONÁRIA será apresentada: SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL, com valor mínimo da APÓLICE: danos pessoais contra terceiros, passageiros ou não; de pelo menos 50.000,00 (cinquenta mil reais); e seguro de acidente pessoal de passageiros de, pelo menos, R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

24.3. A CONCESSIONÁRIA, no prazo de 90 (noventa) dias da assinatura do contrato de concessão, deverá iniciar a operação do sistema de transporte coletivo regular de passageiros, na circunscrição municipal, mediante a utilização de garagem com instalações físicas descritas no Item 4.0 (subitem 4.1 condições necessárias à prestação adequada dos serviços) e no Item 7.0, subitem 7.4 (Qualificação Técnica), ambos do Edital de Concorrência Pública nº 002/2018, com método construtivo aprovado pelo Poder Público Municipal, a fim de assegurar a realização de manutenção, abastecimento e limpeza dos veículos/ônibus, atendidas as exigências da Lei nº 6.938/81, mediante apresentação da (s) respectiva (s) licença (s).

24.3.1. A operação das instalações de ponto de abastecimento, para uso exclusivo das atividades econômicas da própria CONCESSIONÁRIA, está condicionada à comprovação das regras estabelecidas na Resolução ANP nº 12/2007, publicada no DOU em 20/03/2007, e na Resolução CONAMA nº 273/2000, publicada no DOU em 08/01/2001, bem como relativas às exigências normativas do Poder Público Municipal.

24.4. A CONCESSIONÁRIA, em se tratando de pessoa jurídica de direito privado não estabelecida no Município de Mendes, no prazo de 90 (noventa) dias da assinatura do contratado de concessão, fará prova de constituição de filial objetivando atender a exigência do art. 5º da Lei Municipal nº 1.169/2007.

24.5. A CONCESSIONÁRIA, no prazo de 90 (noventa) dias da assinatura do contrato de concessão, deverá iniciar a operação do sistema de transporte coletivo regular de passageiros, na circunscrição municipal, mediante a prova de vínculo empregatício e/ou contratual com os Condutores, Cobradores Fiscais de Linha, Mecânico de Diesel, Administrador e Assistente Administrativo, considerados necessários à prestação adequada dos serviços (Item 4.0, subitem 4.1) e comprobatório atendimento ao requisito qualificação técnica (Item 7.0, subitem 7.5), do Edital de Concorrência Pública nº 002/2018.

24.5.1. Independente da comprovação das exigências do Item 7.0, subitens 7.5.1 e 7.5.2 do Edital de Concorrência Pública nº 002/2018, a CONCESSIONÁRIA apresentará comprovação pelos condutores e cobradores da realização de curso preparatório para a acessibilidade, objetivando a presteza de atendimento humanizado com prioridade para o atendimento diferenciado para idosos e pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

24.6. A CONCESSIONÁRIA, no prazo de 60 (sessenta) dias, do início da efetiva operação, deverá dotar toda a frota com o SISTEMA DE BILHETAGEM ELETRÔNICA, considerada necessária à adequada prestação dos serviços (Item 4.0, subitem 4.1), Item 19.0 e Item 23.0, todos do Edital de Concorrência Pública nº 002/2018.

24.7. A CONCESSIONÁRIA, no prazo de 90 (sessenta) dias, do início da efetiva operação, deverá apresentar o Projeto de Sistema de Gerenciamento Eletrônico da Operação, considerado necessário à adequada prestação dos serviços (Item 4.0, subitem 4.1), do Edital de Concorrência Pública nº 002/2018.

24.8. No prazo da convocação para assinatura do contrato de concessão, exigir-se-á a apresentação da garantia de execução contratual numa das modalidades definidas no art. 56, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

24.8.1. A garantia de execução contratual, qualquer que seja a modalidade escolhida pela CONCESSIONÁRIA (art. 56, § 1º, da Lei nº 8.666/93), como forma a cumprir a cobertura dos eventos descritos no subitem 24.11, corresponderá a 0,5% (meio por cento) do valor do contrato, considerando o princípio da razoabilidade e proporcionalidade e em prestígio ao princípio da competitividade.

24.9. No caso de fiança bancária, deverão ser observadas as condições do **ANEXO IX** deste edital.

24.10. No caso de título da dívida pública exigir-se-á da adjudicatária laudo técnico expedido por perito oficial, que comprove a sua autenticidade e documento emitido por instituição oficial que declare a sua cotação atual.

24.11. A garantia de execução contratual assegurará a cobertura dos seguintes eventos:

Gláucia de Souza Oliveira Ferreira
Secretária de Transportes

Heitor Favieri Neto
Procurador Geral - OAB/RJ nº 139.088

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;
- b) multas punitivas aplicadas pela fiscalização à CONCESSIONÁRIA;
- c) prejuízos diretos causados à contratante ou aos usuários do transporte coletivo de passageiros decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- d) obrigações previdenciárias e trabalhistas não honradas pela CONCESSIONÁRIA.

24.12. Sendo a garantia oferecida sob a forma de fiança bancária ou seguro-garantia o prazo de validade deverá coincidir com a vigência do contrato de concessão.

24.13. A garantia oferecida em dinheiro será depositada em conta específica e será devolvida ao final da relação contratual devidamente atualizada monetariamente, devendo ser renovada no caso de prorrogação da vigência do contrato.

24.14. O valor subtraído da garantia contratual apresentado deverá ser complementado dentro do prazo designado pelo PODER CONCEDENTE, em notificação a ser enviada, sob pena de aplicação das sanções previstas neste edital, sem prejuízo da rescisão contratual.

24.15. A não assinatura do contrato por parte da adjudicatária, por qualquer motivo, dentro do prazo fixado, implicará em sua eliminação, além da multa de 1% (um por cento) do valor do contrato.

24.16. Se dentro do prazo, o convocado não assinar o contrato, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, em igual prazo e condições da proposta vencedora, inclusive quanto ao preço da tarifa, (art. 64, §2º, da Lei nº 8.666/93), ou, então, revogar a licitação, sem prejuízo da aplicação das penalidades a teor do art. 81 da Lei nº 8.666/93.

24.17. Da minuta do contrato constante do **ANEXO VIII DO EDITAL**, estão previstas as cláusulas que regerão a delegação.

25.0. FISCALIZAÇÃO, SISTEMA DE PENALIDADES E RESCISÃO DO CONTRATO

(Lei nº 8.987/95, art. 30; Lei 8.666/93, art. 73 e 87)

25.1. Competirá à SECRETARIA DE TRANSPORTES a fiscalização e a aplicação de penalidades devendo, entretanto, observar a necessidade de prévia notificação e a constituição de duplo grau de julgamento (art. 5º, LIV e LV, da CRFB).

25.2. Pelo descumprimento das obrigações estatuídas neste edital e no contrato de concessão poderão ser aplicadas as seguintes penalidades, a critério do PODER CONCEDENTE e mediante decisão devidamente fundamentada, a saber:

- a) advertência escrita para as infrações consideradas leves;
- b) multa graduável de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R\$ 10.000,00 (dez mil reais) reais para as infrações consideradas médias;
- c) multa graduável acima de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) para as infrações consideradas graves;
- d) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior 02 (dois) anos;


Gláucia de Souza Oliveira Ferreira
Secretária de Transportes


Heitor Favieri Neto
Procurador Geral - OAB/RJ nº 139.088

e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que haver ressarcimento a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção na letra “d”.

25.2.1. A imposição das sanções de advertência e a de multa será de competência da fiscalização contratual.

25.2.2. A penalidade estabelecida nas letras “b” e “c” poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com qualquer das demais.

25.2.3. A aplicação das sanções previstas nas letras “d” e “e” é de competência exclusiva do titular da Secretaria de Transportes, devendo o ato administrativo punitivo submeter-se à consideração do Chefe do Poder Executivo a fim de, mediante fundamentação, vir o ato ser ratificado ou não no prazo de 10 (dez) dias, satisfazendo o princípio da autotutela administrativa.

25.2.4. O prazo de suspensão será fixado de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida, tomando como parâmetros os princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

25.2.5. As penalidades previstas nesta cláusula serão aplicadas sem prejuízo das cominações estabelecidas na Lei nº 8.666/93.

25.2.6. O valor das penalidades será descontado da garantia da execução contratual oferecida, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial.

25.2.6.1. Se a garantia for reduzida em função da cobrança de multa, deverá ser complementada até o seu valor total, sujeitando-se a rescisão contratual, caso assim não cumpra a CONCESSIONÁRIA.

25.2.7. Os valores das multas serão anualmente reajustados tomando como base o IPC-FGV.

25.3. A fiscalização designada por comissão (art. 73 da Lei nº 8.666/93), independentemente do serviço de ouvidoria a ser implantado, anotará em registros próprios as ocorrências relativas à execução contratual, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos.

25.3.1. Na forma do art. 30 da Lei nº 8.987/95, a fiscalização do PODER CONCEDENTE terá acesso aos dados relativos à administração, contabilidade, recursos técnicos, econômicos e financeiros da CONCESSIONÁRIA, observada, ainda, a constituição de comissão exigida pela parte final do parágrafo único do art. 30 da Lei nº 8.987/95.

25.3.2. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, para adoção das medidas cabíveis.

25.3.3. A CONCESSIONÁRIA executará fielmente o objeto da presente licitação, em estrita obediência a este edital e ao contrato firmado, respondendo pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

25.3.4. Contra as decisões de que resulte a aplicação de sanções, a CONCESSIONÁRIA poderá sempre, sem efeito suspensivo, interpor os recursos cabíveis, na forma e nos prazos previstos na Lei nº 8666/93.



Gláucia de Souza Oliveira-Ferreira
Secretária de Transportes



Heitor Favieri Neto
Procurador Geral - OAB/RJ nº 139.088

25.3.5. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a CONCESSIONÁRIA à multa de mora de 0,05% (cinco centésimos por cento), por dia de inadimplemento contratual, limitada a 20% (vinte por cento) do valor anual do contrato, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral pelo PODER CONCEDENTE e da aplicação de outras sanções previstas neste edital e na legislação aplicável.

25.3.6. Além das multas eventualmente aplicadas à CONCESSIONÁRIA inadimplente pelo PODER CONCEDENTE, na respectiva ficha cadastral, serão anotadas todas as irregularidades, inclusive o descumprimento das seguintes obrigações: (I) padrões de adequação dos serviços definidos na presente licitação; (II) regras exigidas para a manutenção das instalações físicas e equipamentos, bem como as condições de trafegabilidade com número de veículos e pessoal exigido à prestação do serviço público concedido; (III) atender às reclamações dos munícipes, inclusive pelo serviço de ouvidoria; (IV) acatar as determinações da fiscalização; (V) observar as normas de segurança impostas pela legislação trabalhista.

26.0. RESPONSABILIDADE OBJETIVA

CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE COLETIVO REGULAR DE PASSAGEIROS

(art. 37, § 6º, da CRFB, c/c o art. 25 da Lei nº 8.987/95)

26.1. Incumbe a CONCESSIONÁRIA a execução do serviço concedido, cabendo-lhe responder por todos os prejuízos causados ao PODER CONCEDENTE, aos usuários ou a terceiros, sem que a fiscalização exercida exclua ou atenua essa responsabilidade.

26.2. A indenização a ser paga pela CONCESSIONÁRIA aos usuários em caso de acidentes e prejuízos/eventos de qualquer natureza, por ela causados, se dará de forma administrativa.

26.3. Entendendo a CONCESSIONÁRIA haver causa excludente de ilícito civil, a controvérsia será dirimida pelo Poder Judiciário, assegurado o ato de vontade do usuário e os pressupostos processuais afetos ao direito constitucional de ação.

27.0. TRABALHOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS

REGISTRO E ANOTAÇÃO NAS ENTIDADES PROFISSIONAIS

(LEI Nº 12.378/2010, art. 45)

(RESOLUÇÃO CONFEA Nº 361/91, art. 7º)

27.1. Há **Registro de Responsabilidade Técnica – RRT**, com identificação do profissional **OACY LUIZ DA SILVA MACHADO, ARQUITETO, CAU A6128-O**, no concernente aos serviços técnicos profissionais relacionados à extensão dos percursos vinculados ao novo modelo de sistema de transporte coletivo regular de passageiros (topografia planialtimétrica), devidamente acompanhado da guia de recolhimento perante a entidade profissional competente (RRT nº 0000005640694).

27.2. Há **Anotação de Responsabilidade Técnica – ART**, com identificação do profissional **MARCOS LUCIANO DE OLIVEIRA JUNIOR, ENGENHEIRO CIVIL, CREA 1995100933, (ART nº 2020190003888)**, correspondente à elaboração de projeto básico, com todas as suas partes, desenhos, especificações e outros complementos e, ainda, relativa aos orçamentos, memórias de cálculo e planilha tarifária relativa ao sistema de transporte coletivo de passageiros, devidamente acompanhado da guia de recolhimento perante a entidade profissional competente.


Gláucia de Souza Oliveira Ferreira
Secretária de Transportes


Heitor Favieri Neto
Procurador Geral - OAB/RJ nº 139.088

28.0. CUMPRIMENTO DO ART. 13 DA CRFB e ART. 140 DA LEI Nº 10.406/2002, CÓDIGO CIVIL

Os documentos apresentados por qualquer licitante, se expressos em língua estrangeira, deverão ser traduzidos para o português por tradutor público juramentado e autenticados por autoridade brasileira no país de origem (CRFB, art. 13, e Código Civil, art. 140).

29.0. FORO

Fica eleito o **FORO DA COMARCA DE MENDES – RJ** para dirimir questões resultantes ou relativas à aplicação das cláusulas, condições e exigências no EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2018, assegurado o manejo das vias impugnativas nas esferas administrativas dos órgãos de controle interno e externo.

Mendes – RJ, 07 de fevereiro de 2019.


GLAUCIA DE SOUZA OLIVEIRA FERREIRA
SECRETÁRIA DE TRANSPORTES


Gláucia de Souza Oliveira Ferreira
Secretária de Transportes


Heitor Favieri Neto
Procurador Geral - OAB/RJ nº 139.088